2.º vogal efectivo — Dr.ª Maria José de Jesus Rocha Toucinho Mac-Kaaij, técnica superior assessora da carreira de biblioteca e documentação.

1.º vogal suplente — Dr.ª Maria Rute Azinheira Guerreiro, técnica superior de 2.ª classe da carreira de biblioteca e documentação.

2.º vogal suplente — Dr. Luís Miguel Guerreiro Cabrita, técnico superior de 1.ª classe da carreira de história.

Referência B:

Presidente — Dr. Rogério Santos Pinto, vice-presidente da Câmara.

1.º vogal efectivo — Engenheiro Manuel Luiz Ferreira Rodrigues, técnico especialista principal da carreira de engenheiro técnico agrário, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Mário Ermelindo Eufigénio Fernandes, operário principal da carreira de jardineiro.

1.º vogal suplente — Domingos Alfredo Abraços Garcia, vereador a tempo inteiro.

2.º vogal suplente — Engenheiro João Luís Caetano Fialho Gomes, técnico superior principal da carreira de engenheiro zootécnico.

Referência C:

Presidente — Dr. Rogério Santos Pinto, vice-presidente da Câmara.

1.º vogal efectivo — Dr.ª Maria do Rosário Cabrita Jónia Boal Pontes, chefe de divisão de Cultura, Turismo e Património, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Dr.ª Maria José da Silva Gonçalves, assessora principal da carreira de história, variante de arqueologia.

1.º vogal efectivo — Engenheiro José Vilarinho Mascarenhas Figueira Santos, director do Departamento de Obras Municipais, Equipamento e Ambiente.

2.º vogal suplente — Dr.ª Dina Paula Correia Baiona, directora do Departamento de Administração Geral.

6 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611063021

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Aviso n.º 22 439/2007

Operação de loteamento — Discussão pública

Para os devidos efeitos se torna público que, em 31 de Outubro de 2007, a Câmara Municipal de Tavira determinou submeter a discussão pública o loteamento urbano relativo ao prédio sito em Luz de Tavira, neste município, em nome de INLAND — Promoção Imobiliária, L.ª, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

A exposição do projecto de loteamento estará patente na sede do município de Tavira a partir da data da publicação em *Diário da República*.

O período de discussão pública decorrerá pelo prazo de 30 dias úteis, durante as horas normais de expediente, isto é, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

Os interessados devem apresentar as suas observações ou sugestões, relativamente à alteração em causa, por escrito e em impresso próprio a conceder pelos serviços, dirigidos ao presidente da Câmara Municipal de Tavira.

6 de Novembro de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Sara Mansinho*.

2611062932

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso n.º 22 440/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 11 de Junho de 2007, nos termos e ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e no uso da competência própria prevista no artigo 68.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi renovada a comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão Administrativa e Tecnologias de Informação, pelo período de três anos, a partir do dia 16 de Setembro de 2007, à Dr.ª Anabela Amor Gomes de Azevedo Collinge.

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

2611063049

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso (extracto) n.º 22 441/2007

Torna-se público que a presidente da Câmara, por despacho de 25 de Outubro de 2007, nomeou definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o candidato António de Jesus Martins Correia dos Santos na categoria de operário altamente qualificado principal mecânico auto.

O nomeado deverá proceder à aceitação da nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611063075

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 22 442/2007

Concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico superior de relações internacionais principal — Processo n.º 35/07

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho de 12 de Outubro de 2007 do vice-presidente, por delegação de competências, está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico superior de relações internacionais principal, do quadro do pessoal desta autarquia.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar posto a concurso.

3 — Local de prestação de trabalho — o local de trabalho abrangerá a área do concelho de Vila Nova de Gaia.

4 — Serviço — Direcção Municipal de Administração Geral.

5 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

O ordenamento final dos candidatos será feito através da aplicação da fórmula que se segue, traduzida na escala de 0 a 20 valores.

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

sendo:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção.

Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, em cujo âmbito serão considerados e ponderados os factores a seguir enunciados pela seguinte forma;

$$AC = \frac{(2 \times CS) + (2 \times HL) + (1,5 \times EP) + (0,5 FP)}{6}$$

sendo:

AC = avaliação curricular;

CS = classificação de serviço;

HL = habilitações literárias;

EP = experiência profissional;

FP = formação profissional;

a) Classificação de serviço — será efectuada a média da classificação dos anos relevantes para o efeito, efectuando-se a correspondência dessa média para a escala de 0 a 20 valores, como segue:

Antes de 2006:

10 pontos — 20 valores;

9 pontos — x valores;

Depois de 2006:

5 pontos — 20 valores;

4 pontos — x valores.

b) Habilitações literárias:

Mínima exigida — 19 valores;

Habilitações de grau superior — 20 valores.